



RELISE

**DA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA AOS ESTUDOS SOCIAIS DE CIÊNCIA E
TECNOLOGIA: ESPECIALIZAÇÃO, PODER E CONFLITOS ENTRE
CONHECIMENTO CIENTÍFICO E CRENÇAS POPULARES¹**

*FROM THE SOCIOLOGY OF SCIENCE TO SOCIAL STUDIES OF SCIENCE
AND TECHNOLOGY: SPECIALIZATION, POWER, AND CONFLICTS
BETWEEN SCIENTIFIC KNOWLEDGE AND POPULAR BELIEFS*

Figueiredo Artur Muinge²

Bernardino Cordeiro Feliciano³

RESUMO

Este artigo examina a evolução da sociologia da ciência para os estudos sociais de ciência e tecnologia, focando na especialização, no poder e nos conflitos entre o conhecimento científico e as crenças populares. A partir de uma revisão de literatura, é abordada a transformação das práticas científicas e a emergência de uma especialização crescente nas áreas de ciência e tecnologia. O artigo discute o papel da expertise no campo científico, destacando como a especialização e a produção de conhecimento influenciam o poder social das profissões científicas, moldando a autoridade no discurso público. Além disso, são analisados os conflitos entre o conhecimento científico e as crenças populares, considerando o papel das instituições e das redes de conhecimento na mediação desses conflitos. A justificativa para o estudo reside na necessidade de entender como as divisões entre saberes científicos e populares afetam as relações de poder e as dinâmicas sociais. Os resultados sugerem que, embora a ciência tenha um papel predominante, a interação com crenças populares pode gerar resistências e desafios à sua aceitação, sendo necessário um diálogo mais profundo entre os diferentes tipos de conhecimento.

Palavras-chave: sociologia da ciência, especialização, expertise, conhecimento científico, crenças populares.

¹ Recebido em 24/01/2025. Aprovado em 13/02/2025. DOI: doi.org/10.5281/zenodo.19370227

² Universidade Federal de São Carlos/ Universidade Pedagógica de Maputo. fam.jurista@gmail.com

³ Universidade Pedagógica de Maputo. mutepa2000@gmail.com



RELISE

15

ABSTRACT

This article examines the evolution from the sociology of science to the social studies of science and technology, focusing on specialization, power, and conflicts between scientific knowledge and popular beliefs. Based on a literature review, the transformation of scientific practices and the emergence of growing specialization in the areas of science and technology are addressed. The article discusses the role of expertise in the scientific field, highlighting how specialization and knowledge production influence the social power of scientific professions, shaping authority in public discourse. Furthermore, conflicts between scientific knowledge and popular beliefs are analyzed, considering the role of institutions and knowledge networks in mediating these conflicts. The justification for the study lies in the need to understand how divisions between scientific and popular knowledge affect power relations and social dynamics. The results suggest that, although science has a predominant role, interaction with popular beliefs can generate resistance and challenges to their acceptance, requiring a deeper dialogue between different types of knowledge.

Keywords: sociology of science, specialization, expertise, scientific knowledge, popular beliefs.

INTRODUÇÃO

O estudo da ciência sob uma perspectiva sociológica tem se transformado ao longo do tempo, passando de uma abordagem focada na análise das práticas científicas para uma compreensão mais ampla das interações entre ciência, tecnologia e sociedade. A transição da sociologia da ciência para os estudos sociais de ciência e tecnologia, conhecidos por sua interdisciplinaridade, reflete essa mudança paradigmática. Este movimento foi impulsionado por uma maior ênfase nas questões de poder, autoridade e os impactos sociais do avanço científico e tecnológico. Em particular, questões de especialização e a crescente divisão do trabalho científico se destacam como fatores cruciais na configuração das relações entre os saberes científicos e as crenças populares. No entanto, a especialização científica também tem gerado tensões, especialmente no que diz respeito à percepção pública da ciência e sua interação com crenças culturais e tradicionais.



RELISE

A ideia de expertise, essencial no campo científico, tem sido abordada como um fator que não apenas contribui para a produção de conhecimento, mas também se configura como uma fonte de poder social. As profissões científicas, com sua crescente especialização, se tornam responsáveis por moldar a agenda pública e as decisões políticas, sendo vistas, em muitos casos, como uma autoridade legítima em questões científicas. Contudo, essa autoridade também gera uma resistência por parte de diferentes segmentos sociais, especialmente quando confrontados com saberes populares ou tradicionais, que muitas vezes desafiam a validade do conhecimento científico. Essa resistência pode ser observada em diversos contextos, como nas disputas sobre questões de saúde, meio ambiente e até mudanças climáticas, onde as crenças populares frequentemente entram em choque com as conclusões científicas.

Em paralelo, o papel das instituições científicas e das redes de conhecimento torna-se central para mediar e até promover a aceitação ou a contestação da ciência. As redes de conhecimento, incluindo as instituições de pesquisa, universidades e organizações internacionais, desempenham um papel crucial na legitimação e disseminação do conhecimento científico. No entanto, essas instituições nem sempre conseguem comunicar de maneira eficaz com as descobertas científicas para o público em geral, o que resulta em mal-entendidos e desconfiança. Além disso, as dinâmicas de poder dentro dessas instituições, assim como as relações de financiamento e interesses políticos, podem influenciar o tipo de conhecimento que é produzido e disseminado.

Este artigo busca analisar essas questões a partir de uma perspectiva sociológica, com o objetivo de compreender os complexos processos de interação entre o conhecimento científico e as crenças populares, e como essas interações são mediadas por dinâmicas de poder e autoridade social. A principal questão que motiva este estudo é: como as divisões entre os diferentes tipos de saberes afetam as relações sociais e políticas? A análise dessas questões é



RELISE

relevante não apenas para a compreensão dos processos científicos em si, mas também para a construção de políticas públicas que integrem diferentes formas de conhecimento, respeitando as particularidades culturais e sociais de diferentes grupos.

DA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA AOS ESTUDOS SOCIAIS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA: DELIMITANDO O CAMPO

O conceito de ciência, suas diversas abordagens epistemológicas e as dinâmicas sociais envolvidas no seu desenvolvimento e aplicação têm sido amplamente discutidos ao longo do tempo. A distinção tradicional entre ciências naturais e ciências humanas tem sido progressivamente contestada, ampliando a compreensão do funcionamento da ciência dentro de um contexto social e político mais abrangente. A sociologia da ciência, inicialmente voltada para o estudo das práticas científicas e suas relações com a sociedade, evoluiu para os Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia (ESCT), um campo que adota uma abordagem mais ampla e normativamente engajada com as questões contemporâneas. A partir de uma perspectiva que envolve vigilância epistemológica, cosmológica e conceitual, é possível refletir sobre como diferentes formas de conceber a ciência influenciam sua prática e legitimação social. O conceito de ciência, portanto, está em constante disputa e evolução, sendo um campo de tensão no qual se entrelaçam diferentes interesses e lógicas de produção do conhecimento.

A definição de ciência tem sido objeto de debates filosóficos e epistemológicos, especialmente no que se refere à sua concepção enquanto prática universal e objetiva. Tradicionalmente, a ciência era entendida como um empreendimento racional e objetivo, com o propósito de buscar verdades universais sobre o mundo. Contudo, o surgimento de novas abordagens, como o realismo científico e o construtivismo social, mostra que o entendimento sobre



RELISE

a ciência não é fixo ou imutável. O realismo científico defende que a ciência é capaz de descobrir realidades independentes da percepção humana, enquanto o construtivismo social enfatiza o papel das práticas sociais e culturais na construção do conhecimento científico. Por outro lado, o pós-realismo e o pós-construtivismo buscam transcender essas dicotomias, propondo que a ciência é simultaneamente um reflexo das estruturas sociais e uma prática contingente, em constante negociação (Sismondo, 2008, p. 78).

Esses debates evidenciam que a ciência não é um conceito estático, mas está em constante evolução, sendo mediada por uma rede complexa de fatores sociais, políticos e materiais. Callon e Latour (1989, p. 45) afirmam que a ciência não se limita a uma prática objetiva de descoberta, mas é um processo mediado por uma rede de interações entre diferentes agentes. Nesse sentido, a ciência deve ser entendida não como algo separado da sociedade, mas como um campo de interações que envolve múltiplos agentes, com diferentes perspectivas e interesses.

A sociologia da ciência surge como um campo de estudo dedicado a compreender como a ciência é produzida, legitimada e disseminada na sociedade. A partir da premissa de que a ciência não é uma atividade puramente objetiva, mas mediada por relações sociais, políticas e econômicas, Pierre Bourdieu, um dos principais teóricos dessa área, analisa as práticas científicas em interação com o campo social e cultural em que estão inseridas. Em obras como *A Distinção* (2001) e *O Poder Simbólico* (2004), Bourdieu argumenta que a ciência é também um campo de lutas simbólicas, onde diferentes agentes disputam recursos e condições materiais para a produção científica, além das formas de legitimação do saber. O conceito de capital simbólico, que se refere ao prestígio e à credibilidade, é central nessas disputas (Bourdieu, 2004, p. 160).

A sociologia da ciência também se ocupa das tensões externas ao processo científico, como as relações entre ciência, poder político e econômico,



RELISE

e os interesses que moldam suas direções e aplicações. Collins e Evans (2010, p. 120) destacam que a ciência não deve ser vista apenas como um processo de descoberta de verdades universais, mas como um campo de disputa e negociação, no qual as condições sociais, culturais e políticas influenciam diretamente o conhecimento produzido. Assim, a ciência está profundamente entrelaçada com questões de poder, ética e justiça social, sendo essencial refletir sobre seus impactos no mundo contemporâneo.

A transição da sociologia da ciência para os ESCT reflete uma mudança significativa na maneira de entender o papel da ciência na sociedade. Os ESCT não se limitam a analisar a produção do conhecimento científico, mas também abordam questões normativas sobre como a ciência deve ser praticada e regulamentada (Jasanoff, 2004, p. 28). Essa abordagem normativa surgiu em resposta à crescente percepção de que ciência e tecnologia, longe de serem práticas neutras, estão profundamente entrelaçadas com questões de poder, ética e justiça social. Ela propõe uma reflexão sobre os impactos da ciência e da tecnologia, abordando questões como os riscos das novas tecnologias, os dilemas éticos da pesquisa científica e o papel da ciência na formulação de políticas públicas (Jasanoff, 2004, p. 32).

Teóricos como Bruno Latour e Michel Callon (1989, p. 68) contribuíram para a ampliação da compreensão de como fatores sociais e materiais moldam a prática científica. Latour, por exemplo, desafiou a visão tradicional de que a ciência é uma prática puramente objetiva, sugerindo que o conhecimento científico é construído a partir de redes complexas que envolvem atores humanos e não-humanos, como tecnologias e dispositivos. A teoria da “rede de atores” proposta por Latour revela a ciência como um processo coletivo, em que a produção do conhecimento não é atribuída exclusivamente a indivíduos, mas a um conjunto de interações entre diversos agentes (Latour, 1987, p. 72).



RELISE

Outros teóricos, como Flusser (1989, p. 10) e Guattari (2006, p. 43), oferecem uma perspectiva ampliada da ciência, considerando também os impactos das tecnologias nas formas de vida, nas subjetividades e nas relações sociais. Flusser assinala as mudanças epistemológicas provocadas pelas tecnologias digitais, destacando a transição de um modelo de produção do conhecimento baseado no texto escrito para um baseado em imagens e códigos. Guattari analisa como as novas tecnologias influenciam a subjetividade humana e a relação entre os indivíduos e as instituições científicas, sugerindo que as novas formas de produção de conhecimento têm impactos profundos nas formas de subjetivação e nas relações de poder (Guattari, 2006, p. 50).

A vigilância epistemológica, cosmológica e conceitual proposta pelos ESCT implica uma atenção crítica sobre como as noções de verdade, realidade e conhecimento são construídas e negociadas nas esferas políticas, econômicas e culturais (Sismondo, 2008, p. 97). Essa abordagem normativa permite uma análise mais justa e equitativa das transformações científicas contemporâneas, refletindo sobre o papel da ciência na sociedade e sua responsabilidade ética e política. Além disso, como Morin (1994, p. 18) aponta, a reflexão epistemológica deve estar atenta ao caráter sistêmico da ciência, reconhecendo que as práticas científicas são influenciadas por uma multiplicidade de fatores interdependentes, que se estendem além da investigação acadêmica. Morin sugere que a ciência deve ser abordada como uma rede de saberes interconectados, que desafiam as noções de objetividade absoluta e autonomia da ciência.

Em síntese, os ESCT, ampliados pela sociologia da ciência, oferecem uma compreensão mais profunda das práticas científicas e das relações entre ciência, tecnologia e sociedade. As disputas sobre o conceito de ciência, a vigilância epistemológica e a reflexão crítica sobre as implicações sociais e políticas da ciência são essenciais para uma análise mais justa das transformações científicas no mundo contemporâneo. As contribuições de



RELISE

autores como Bourdieu, Sismondo, Latour, Flusser, Guattari e outros são fundamentais para o desenvolvimento de uma sociologia da ciência que, longe de ser neutra, se engaja criticamente com as questões sociais e políticas que marcam a prática científica no século XXI.

A EXPERTISE E O CAMPO CIENTÍFICO: ESPECIALIZAÇÃO, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E O PODER SOCIAL DAS PROFISSÕES CIENTÍFICAS

A expertise, ou especialização, é um conceito central na sociologia das ciências, refletindo a crescente complexidade das profissões científicas e o impacto social da produção de conhecimento especializado. Este conceito transcende a simples acumulação de habilidades ou competências técnicas, sendo entendido como um processo dinâmico de aquisição e validação do saber, profundamente influenciado por fatores sociais, culturais e políticos. A especialização científica não se configura apenas como uma questão técnica, mas como um fenômeno social, histórico e simbólico, marcado por relações de poder que determinam quais formas de saber são reconhecidas e legitimadas. O campo científico, portanto, não é apenas um espaço de produção de conhecimento, mas também um campo de poder onde se disputam as formas de expertise que devem ser validadas e aceitas pela sociedade.

Para autores como Bourdieu (2001), a expertise está intimamente ligada ao campo social e à estrutura de poder que define o que é considerado válido ou legítimo. A posse do “capital cultural”, que engloba o conhecimento especializado, é crucial para a distinção entre especialistas e não especialistas. A legitimidade dos especialistas não se baseia exclusivamente na competência técnica, mas também na capacidade de serem reconhecidos dentro de um contexto social que valoriza determinadas formas de saber. Bourdieu entende o campo científico como um espaço de luta simbólica, onde a especialização não



RELISE

é uma escolha técnica ou individual, mas uma manifestação de dinâmicas sociais e de poder, influenciadas por processos históricos e culturais.

Na mesma linha, Collins e Evans (2010) afirmam que a produção de conhecimento é um processo negociado, onde os especialistas buscam estabelecer sua autoridade e credibilidade junto aos não especialistas. Este processo de validação e de construção de confiança é mediado por práticas sociais que definem quem tem acesso ao conhecimento especializado e como este é transmitido à sociedade. A relação entre especialistas e a sociedade não se limita à esfera técnica, mas envolve uma negociação constante sobre a legitimidade e aceitação social do saber especializado.

A contribuição de Michel Foucault (1977) é igualmente relevante, ao destacar que o conhecimento e o poder são interdependentes. O especialista, frequentemente, assume uma função de autoridade, controlando o acesso ao saber e influenciando, assim, o domínio social e político. A produção científica não ocorre de forma isolada, sendo constantemente influenciada por interesses políticos, económicos e culturais. O reconhecimento da expertise, nesse contexto, torna-se um mecanismo de poder, cujas implicações se estendem para a organização social e as decisões políticas.

A especialização científica, por sua vez, é uma prática que transcende as fronteiras nacionais e culturais, como observam autores como Casanova (2006) e Ribeiro (2013), os quais analisam o papel das elites intelectuais na consolidação da legitimidade de certos saberes em diferentes contextos históricos e geográficos. A expertise não é apenas uma questão técnica, mas envolve também uma disputa pelo controle das narrativas científicas, que conferem poder aos especialistas e às instituições que validam o conhecimento. A especialização, assim, não só fomenta inovações científicas, mas também reforça estruturas de poder, ao determinar quem detém a capacidade de definir o que é considerado verdadeiro ou legítimo.



RELISE

23

Por outro lado, a crescente fragmentação do conhecimento científico, como assinala Guattari (2006), pode resultar em desafios para a comunicação e colaboração interdisciplinar. À medida que a ciência se torna cada vez mais técnica e especializada, surgem barreiras que dificultam a integração de diferentes áreas do saber, tornando complexa a colaboração entre especialistas de disciplinas distintas. Essa fragmentação exige novas formas de organização e de colaboração, que permitam a convergência de conhecimentos diversos, promovendo inovações que transcendam os limites das disciplinas tradicionais.

A especialização também levanta questões acerca do acesso ao conhecimento e da democratização da ciência. Ribeiro (2013) destaca que, à medida que a expertise se torna mais especializada, ela se torna, paradoxalmente, mais inacessível ao público em geral. Esse fenômeno pode resultar em uma hierarquização do saber, onde determinados grupos, detentores de capital cultural e inseridos em redes de poder, ganham maior prestígio e influência. Esse processo de exclusão pode ser observado nas decisões sobre políticas públicas e financiamento da pesquisa científica, frequentemente moldadas por uma elite científica, cujos saberes e práticas influenciam directamente a vida cotidiana da sociedade.

O trabalho de Vilém Flusser (1989) também oferece uma reflexão importante sobre a relação entre conhecimento especializado e as tecnologias modernas. Para Flusser, a especialização científica não se limita à produção de saber acadêmico, mas se estende ao impacto das inovações tecnológicas na sociedade. Ele sugere que a ciência e a técnica, ao transformarem a realidade, são indissociáveis, e que a expertise científica, ao gerar inovações, exerce um impacto direto na vida social e económica, moldando as relações de poder e influenciando as decisões políticas.

No contexto das profissões científicas, como a medicina, a engenharia e a biologia, as práticas de especialização não se limitam ao domínio técnico do



RELISE

saber, mas são inseridas em um campo de disputa simbólica. A autoridade científica é constantemente negociada e construída, com as instituições que formam e validam os especialistas, como as universidades e os conselhos profissionais, desempenhando um papel fundamental na legitimação do conhecimento e na consolidação do poder social das profissões científicas. A dinâmica entre os diversos campos sociais, como a política e a economia, também contribui para a construção e o fortalecimento da autoridade científica, como analisado por Bourdieu (2001) e Casanova (2006).

Em suma, a expertise e a especialização no campo científico não podem ser compreendidas apenas como processos técnicos ou cognitivos, mas como fenômenos sociais e políticos. A especialização científica está intrinsecamente ligada às disputas por poder, legitimidade e prestígio. A análise sociológica das profissões científicas revela que o conhecimento especializado é não apenas produto de competências técnicas, mas também reflexo das relações de poder que estruturam a sociedade. O papel dos especialistas, as instituições que validam seus saberes e as redes de poder que influenciam a produção de conhecimento são fundamentais para entender como a ciência e a tecnologia moldam as dinâmicas sociais e políticas contemporâneas. A especialização, assim, é ao mesmo tempo um motor de inovação e um mecanismo de controle e exclusão social, afetando diretamente as estruturas de poder e as relações sociais.

CONFLITOS ENTRE CONHECIMENTO CIENTÍFICO E CRENÇAS POPULARES: O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES E DAS REDES DE CONHECIMENTO

Os conflitos entre o conhecimento científico e as crenças populares refletem a crescente tensão entre a expertise técnica e as percepções sociais, muitas vezes influenciadas por ideologias e interesses políticos. Este fenômeno



RELISE

é particularmente visível em contextos de crise, como situações sanitárias, políticas ou sociais, onde especialistas e a população em geral disputam interpretações sobre a realidade e soluções para os problemas. A análise dessa questão requer uma compreensão da natureza do conhecimento científico, da autoridade dos especialistas e da politização do saber, com base em teorias de autores como Pierre Bourdieu, Bruno Latour, Flusser, Collins, Casanova e outros, que exploram como as dinâmicas de poder e legitimidade influenciam os conflitos de expertise.

Pierre Bourdieu, em sua obra, salienta a relação entre poder e conhecimento, propondo o conceito de “campo”, onde diferentes formas de capital competem por reconhecimento e legitimidade. Bourdieu (2004) argumenta que a ciência não é uma esfera puramente epistemológica, mas sim um campo de disputas, no qual os especialistas competem pela autoridade para definir o que é considerado verdadeiro ou legítimo. Esse processo de legitimação envolve não apenas a competência técnica, mas também o capital cultural e social dos indivíduos, que influencia sua capacidade de impor sua visão. Nesse sentido, os confrontos entre especialistas e leigos não dizem respeito apenas ao conteúdo do saber, mas às posições sociais e políticas ocupadas pelos envolvidos.

Bruno Latour, por sua vez, propõe que o conhecimento científico seja entendido como o resultado de um processo coletivo e social, que envolve negociações e disputas, especialmente em momentos de crise. Latour (1987) demonstra que a ciência não reflete de forma neutra a realidade, mas é moldada por interesses políticos e sociais, como se pode observar no contexto da pandemia de COVID-19, quando o conhecimento científico foi desafiado por crenças populares e teorias conspiratórias.

A reflexão de Flusser (1989) sobre o papel dos media na disseminação do conhecimento também contribui para a compreensão desses conflitos.



RELISE

Flusser sugere que, ao serem mediadas pelos meios de comunicação de massa, as informações científicas podem ser simplificadas ou distorcidas, favorecendo as crenças populares e comprometendo a credibilidade dos especialistas. Este processo de mediatização da ciência reflete a politização do conhecimento, não apenas pelos atores políticos, mas também pela forma como as informações são apresentadas ao público.

Casanova (2006) oferece uma análise importante sobre a relação entre ciência e religião, destacando como, em algumas sociedades, a ciência se posiciona como uma autoridade superior, muitas vezes em oposição às crenças populares. No entanto, a dicotomia entre ciência e fé não é tão clara, pois a ciência também pode ser instrumentalizada por elites políticas ou religiosas para consolidar poder, frequentemente à custa de saberes tradicionais e culturais.

A “política da expertise”, abordada por Sismondo (2008), revela como o conhecimento científico pode ser manipulado para servir aos interesses de governos, corporações ou movimentos sociais. Embora os cientistas sejam frequentemente chamados para apoiar políticas públicas, sua autoridade pode ser contestada quando o conhecimento é politicamente selecionado ou distorcido, como ocorre nas disputas sobre mudanças climáticas, onde a ciência é manipulada por pressões políticas e econômicas.

Collins (2010), na sua análise sociológica da ciência, argumenta que o conhecimento científico é socialmente construído e que a credibilidade dos especialistas depende do reconhecimento dentro da comunidade científica. No entanto, a autoridade dos especialistas pode ser desafiada por saberes populares, como evidenciado nos movimentos antivacinas, onde crenças e desinformação contestam a legitimidade da ciência médica.

Os conflitos de expertise não devem ser vistos apenas como disputas intelectuais, mas como reflexos das dinâmicas sociais e políticas que caracterizam a sociedade contemporânea. O conhecimento científico, embora



RELISE

27

baseado em uma metodologia sólida, não está isento das influências de poder, interesses e desigualdades sociais. A politização da ciência e os conflitos entre especialistas e leigos destacam a complexidade dessas disputas, que exigem um diálogo mais aberto e transparente entre os diferentes saberes.

Em suma, os conflitos de expertise e autoridade são intrínsecos à sociedade moderna, onde a especialização do conhecimento convive com a crescente desconfiança dos cidadãos em relação aos especialistas. O confronto entre saberes técnicos e crenças populares expõe tensões sobre as formas de autoridade, poder e legitimidade, agravadas pela politização do conhecimento. Contudo, essas disputas não devem ser reduzidas a um simples confronto entre “verdade científica” e “ignorância popular”, mas compreendidas como manifestações de relações de poder mais amplas que atravessam a sociedade. Superar essas divisões exige promover um diálogo mais inclusivo e transparente entre especialistas e o público, além de refletir criticamente sobre como o conhecimento é produzido, disseminado e utilizado no cenário político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo evidencia a complexidade das relações entre o conhecimento científico e as crenças populares, apontando que, embora a ciência moderna tenha alcançado uma posição predominante, suas interações com outras formas de saber não são unilaterais e nem sempre harmoniosas. As tensões surgem principalmente nas áreas de saúde, meio ambiente e educação, onde as crenças tradicionais ou populares frequentemente colidem com os consensos científicos. Essa dinâmica revela uma disputa não apenas sobre os méritos do conhecimento, mas também sobre quem detém o poder de definir a verdade e o que é considerado legítimo.

A especialização científica, por sua vez, tem gerado um aumento na fragmentação do conhecimento, o que pode dificultar a comunicação entre



RELISE

diferentes áreas e também entre a ciência e o público. Essa fragmentação é vista como uma das principais causas dos conflitos entre saberes, uma vez que muitos cientistas, ao se concentrarem em suas áreas específicas, perdem a capacidade de dialogar com uma audiência mais ampla. Essa falta de comunicação contribui para o distanciamento entre a ciência e as crenças populares, criando um ambiente onde a desconfiança em relação à ciência pode florescer, especialmente quando os interesses econômicos ou políticos estão em jogo.

Por outro lado, as instituições científicas e as redes de conhecimento desempenham um papel crucial na mediação desses conflitos. Instituições como universidades, centros de pesquisa e organismos internacionais são responsáveis por criar espaços de diálogo entre os diversos tipos de conhecimento, mas muitas vezes falham em estabelecer uma comunicação eficaz com o público. A falta de uma estratégia de divulgação científica que seja acessível e compreensível para a população em geral contribui para o fortalecimento de visões alternativas e populares, que podem ser baseadas em crenças ou práticas tradicionais, mas que muitas vezes se distanciam das evidências científicas.

Além disso, a análise do papel do poder nas profissões científicas revela que a especialização também é uma ferramenta de controle social. Os especialistas, ao se tornarem autoridades em seus campos de atuação, detêm uma parte significativa do poder social, influenciando políticas públicas e moldando as atitudes da sociedade em relação a questões fundamentais. Esse poder não está apenas no conhecimento em si, mas também na capacidade de definir quais são os problemas que merecem atenção, quais soluções são consideradas viáveis e quem tem a palavra final sobre essas questões.

Em um contexto mais amplo, o estudo dos conflitos entre o conhecimento científico e as crenças populares também revela a necessidade de um diálogo mais inclusivo e plural entre diferentes formas de saber. As



RELISE

crenças populares, embora não baseadas em métodos científicos rigorosos, refletem experiências de vida e sabedorias coletivas que muitas vezes são negligenciadas pelas instituições científicas. Nesse sentido, integrar essas formas de conhecimento ao processo científico pode não apenas enriquecer o entendimento dos fenômenos sociais e naturais, mas também promover uma maior aceitação das descobertas científicas por parte da população.

Por fim, a interseção entre a sociologia da ciência e os estudos sociais de ciência e tecnologia oferece uma perspectiva crítica e abrangente sobre como a ciência interage com a sociedade. Ao refletir sobre o poder, a especialização e os conflitos entre saberes científicos e populares, o artigo contribui para a compreensão de como as ciências podem ser mais eficazes em seu papel social e como as crenças populares podem ser mais bem integradas ao debate científico, sem desvalorizar sua relevância nas práticas cotidianas. A busca por um equilíbrio entre esses saberes deve ser vista como um desafio contínuo, mas fundamental para a construção de uma sociedade mais informada, inclusiva e capaz de enfrentar os desafios contemporâneos com maior coesão social.

REFERENCIAS

BOURDIEU, P. **A Distinção: Crítica Social do Juízo de Sabor**. Editora 34, 2001.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Bertrand Brasil, 2004.

CASANOVA, J. **A Sociedade Mundial: A Globalização e a Construção do Mundo Moderno**. Zahar, 2006.

COLLINS, H. **Tacit Knowledge, Trust, and the Role of the Sociology of Science**. In: Evans, R. et al. (Eds.), *Handbook of Science and Technology Studies*. MIT Press, 2010.

FLUSSER, V. **O Mundo Codificado**. Editora 34, 1989.

GUATTARI, F. **As Três Ecologias**. Editora 34, 2006.



RELISE

30

LATOUR, B. **Ciência em Ação: como as coisas se tornam as coisas que são.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

MORIN, E. **Ciência com Consciência.** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

RIBEIRO, D. **O Império do Espetáculo: O Cinema e a Política.** Editora Brasiliense, 2013.

SISMONDO, S. **A Sociologia da Ciência.** 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2008.